APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos o terceiro volume Antropologia e Direitos Humanos, publicado pela Associação Brasileira de Antropologia. Nele estão os quatro melhores trabalhos premiados no concurso ABA-Ford de Direitos Humanos em 2004. Este concurso, uma tradição na história recente da ABA, visa estimular jovens antropólogos a refletirem sobre a temática dos direitos humanos, temática que está presente na grande maioria dos trabalhos antropológicos que se faz no Brasil. Sem a atuação do professor Roberto Kant de Lima, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ABA, e da comissão de seleção do concurso de 2004, composta pelos professores Ana Lúcia Eduardo Farah Valente (UnB), Eduardo Vianna Vargas (UFMG) e Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), não poderíamos contar com mais esta importante contribuição dos antropólogos brasileiros. O professor Henyo Trindade Barretto Filho foi, também, fundamental na organização do concurso. A parceria ABA/Ford tem sido, há vários anos, altamente produtiva para difundir e aumentar a consciência sobre a necessidade de termos o tema direitos humanos como um dos principais na agenda dos antropólogos no Brasil.

Os vencedores do concurso ABA/FORD de 2004 são jovens e promissores antropólogos e os textos apresentados aqui foram fruto de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado defendidas em alguns dos principais programas de pós-graduação do país (Museu Nacional, Unicamp, UFRGS, UFF). A qualidade dos textos premiados reflete sem dúvida a excelência da formação em antropologia que é dada hoje no país.

Os textos dão conta da diversidade de abordagens com que o tema tem sido tratado pela antropologia brasileira, pois tratam de questões de gênero, de imigração, de lutas quilombolas e de processos de guarda de crianças. Em todos eles a questão da identidade é central.

Igor José de Reno Machado, em seu artigo intitulado “Identidade e subordinação ativa: uma etnografia dos imigrantes brasileiros no Porto”, aborda a temática da imigração brasileira para Portugal. Igor

estudou um grupo de homens brasileiros, imigrantes “pobres” que residem no Porto e arredores. O autor mostra como questões étnicas são redefinidas neste grupo de homens imigrantes que, em geral, optam por casar com mulheres portuguesas, ingressando pelo canal do parentesco em redes portuguesas de reciprocidade. A análise dos circuitos de reciprocidade entre as redes de imigrantes brasileiros, da forma como alguns deles ocupam um lugar de “centralidade” neste universo a partir do capital simbólico que detêm em relação à incorporação de estereótipos associados à brasilianidade (como a mestiçagem, a alegria e a descontração), é ilustrativa de como identidades étnicas se constroem. O lugar central de bares, restaurantes e churrascos na constituição das redes de sociabilidade imigrante revela uma face da imigração internacional ainda pouco explorada pela literatura da área. Igor mostra o quanto as temáticas da cidadania e do reconhecimento de direitos na globalização estão imbricadas na teia da história da colonização portuguesa e do lugar que brasileiros ocupam no imaginário português. Ocorre neste processo um interessante jogo de mudanças identitárias que fazem com que indivíduos que se consideram brancos no Brasil sejam considerados “mestiços” em Portugal, sendo colocados numa posição hierarquicamente inferior ao branco português. Ao mesmo tempo, os considerados negros e mestiços no Brasil ascendem hierarquicamente no universo classificatório português na condição única de mestiços – na qual todos os brasileiros estão incluídos - representando concretamente um aumento de *status* para estes indivíduos que em geral estão associados a um Brasil exótico da música, futebol e carnaval.

O segundo texto, de Fábio Mota, “O Estado contra o Estado: direitos, poder e conflitos no processo de produção da identidade ‘quilombola’ de Marambaia”, analisa a constituição de identidade quilombola de um grupo de pescadores negros que vivem na Ilha de Marambaia, no litoral fluminense. Este grupo, na eminência de serem expropriados de suas terras pela Marinha, passa a se reconhecer como “quilombolas”. Fábio acompanha a trajetória das lutas deste movimento social, mostrando o papel de diferentes mediadores entre o Estado e a população atingida: ONGs, Ministério Público da União,

movimento negro, Ministério da Marinha etc. Ao escutar diferentes atores sociais, ele desvenda, através de várias narrativas, as tensões e embates no interior do próprio grupo que busca se constituir enquanto entidade política quilombola, tensões que remetem a relações raciais e de parentesco no interior da comunidade.

Adriana Viana, no artigo “Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças”, estuda os processos jurídicos de atribuição de guarda de jovens e crianças no Rio de Janeiro. Partindo da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a autora reflete sobre alguns aspectos contraditórios como a tensão entre duas concepções: crianças e adolescentes vistos com indivíduos, portanto com direitos similares aos dos adultos, ou como pessoas “em formação”. Fundamentando-se na temática da reciprocidade, a autora mostra que no processo de guarda e adoção são acionados os sentimentos de que há ganho e perda da criança por parte de indivíduos adultos envolvidos no processo. Analisando alguns casos concretos, Adriana demonstra o quanto a criança ocupa um lugar central na vida familiar e como os processos judiciais são depositários da luta pelo valor família. Moralidade, menoridade, responsabilidade e gratidão são valores centrais no campo da adoção e os julgamentos se fazem neles fundamentados.

Elisabeth Zambrano, em “Trocando os documentos: transexualismo e direitos humanos”, acompanha a trajetória de transexuais em Porto Alegre que buscam refazer sua carteira de identidade. O termo identidade é aqui ilustrativo da complexidade que a questão de gênero implica na luta deste grupo de indivíduos acompanhados por ela. Trata-se de dois processos longos: o de refazer corporalmente gênero, mudando de sexo cirurgicamente; e o de refazer a identidade social, mudando juridicamente de nome. A pesquisa foi feita com transexuais que freqüentaram o Programa de Transtornos de Identidade de Gênero no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Ao relatar os contatos, entrevistas e diálogos que manteve com transexuais, Elisabeth reflete sobre sua própria transformação de psicanalista em antropóloga, problematizando a aproximação que estas duas abordagens têm sobre a temática. Trata-se de um texto no qual a autora desvela

um universo ainda bastante desconhecido socialmente, uma vez que as operações de mudança de sexo só foram permitidas no Brasil a partir de 1997.

Os textos aqui apresentados refletem a diversidade da pesquisa que se faz hoje na antropologia brasileira. A temática dos Direitos Humanos, mais do que um tema de concurso é um dos eixos centrais de grande parte das pesquisas historicamente realizadas com grupos à margem da cidadania. É por isso que, ao publicar este livro com o apoio da Fundação Ford e o interesse de toda a comunidade antropológica, a ABA mais uma vez reafirma seu compromisso com os grupos e povos que estuda. Como sempre, quando se trata de uma publicação da associação, temos certeza que o leitor estará diante de leituras que se transformarão em referências para o debate sobre direitos humanos. Os antropólogos brasileiros, tanto através da ABA quanto de suas próprias atuações como atores da sociedade civil, continuarão trabalhando em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Gustavo Lins Ribeiro

Presidente ABA 2002/2004

Miriam Pillar Grossi

Presidente ABA 2004/2006